

**Essa Quadra tem Voz?
Experiência do Jornal Comunitário desenvolvido no
Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo¹**

Thatiany NASCIMENTO²

Resumo

O presente artigo aborda o desenvolvimento do processo de Comunicação Comunitária no Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, local também conhecido como Quadra, situado em Fortaleza. O trabalho visa relatar a interferência do jornal Voz da Quadra, no cotidiano dos moradores do Conjunto, bem como objetiva analisar a colaboração deste veículo para a experiência de Democratização da Comunicação. A mídia comunitária, conta com o protagonismo de jovens moradores do local, que realizam a “atividade” em um contexto particular de vivências. As relações comunitárias, o processo de produção/veiculação das notícias, o Direito a Comunicação, a capacidade de intervenção do Jornal e a compreensão social dos indivíduos sobre essa experiência, são alguns dos pontos levados em consideração neste artigo.

Palavras-chave: Direito a Comunicação, Comunicação Comunitária, Jornal Voz da Quadra.

Introdução

“A voz dos que não tem voz? Eles, os obrigados ao silêncio, são os que mais voz tem. Dizem pelo que falam, dizem pelo calam”. A citação do escritor, Eduardo Galeano (2010), em sua obra “De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso” refere-se aos “subdesenvolvidos”, os “subalimentados”, os “subtratados”, os “subescutados”, moradores da América Latina. Em uma análise que aponta os descaminhos conferidos por uma comunicação hegemônica, intrínseca historicamente pelas relações de poder, Galeano expõe, no texto, a situação desse modelo, que reserva à maioria da população o direito de “não dizer”. E é justamente partindo do pressuposto, da necessidade de rompimento e reestruturação, dessa forma comunicacional, que o presente artigo, visa discutir a experiência de um jornal comunitário, realizada em

¹ Artigo baseado na monografia intitulada: “Voz da Quadra: Análise de como o jornal comunitário colabora para a Democratização da Comunicação no Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, apresentada pela autora em junho de 2010.

² Graduada em Comunicação Social pela Faculdade Integrada do Ceará.

Fortaleza, Ceará, e sua colaboração para a Democratização da Comunicação, no Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo.

Por entender que o modelo de sociedade atual, de forma geral, viabiliza e potencializa a construção e manutenção de um formato comunicação que se estrutura de maneira hegemônica, concedendo a poucos o direito de expressão, faz-se necessário o debate, a exposição e o estudo sobre meios que atuem na contramão desse sistema.

Diante de um modelo de comunicação que cria e fomenta estereótipos, constrói o imaginário cultural, e tem como um dos eixos norteadores os interesses de grandes grupos empresariais, a experiência da mídia comunitária mostra-se como uma opção, não heróica, mas alternativa de enfrentamento, em seu caráter questionador, aproximador e cidadão.

Nesse cenário de concentração e privilégios sobre a informação, vem sido revogado, gradativamente, o direito das classes populares, de comunicar o que são o que pensam, como agem e como vivem.

Dessa forma, a mídia comunitária apresenta-se como uma maneira de apropriação do Direito à Comunicação, bem como aponta para maior participação e democratização desse processo.

De Direito a Mercadoria

Entendendo que a comunicação configura-se como um processo social que passou por transformações ao longo do tempo, para posterior apresentação do jornal comunitário é importante fazer um pequeno apontamento, sobre essa condição que passou de Direito essencial a mercadoria.

A intervenção da comunicação vai desde o surgimento da oralidade, até as macrorrelações sociais estabelecidas no século XXI. Seja no formato técnico/instrumental ou em sua forma de processo cultural, a comunicação firmou-se, no decorrer dos anos, como meio imprescindível para a estruturação de qualquer sociedade. De acordo com Fernandes (2003) “a sociedade não existe sem a comunicação [...] é a partir de uma comunicação adequada que se pode desenvolver uma sociedade sadia, livre e soberana”. Isso segundo o autor, “segundo pressuposto básico de democracia a possibilidade de comunicação”.

E justamente sob essa ótica que pode-se dizer que as relações sociais se dão

baseadas na ocorrência de interações entre os indivíduos, sendo portanto, a essência desse processo a ação realizada pela comunicação. Além disso, é possível afirmar que não existe processo comunicacional que não esteja sujeito ao diálogo, à troca de saberes e à interferência de vários discursos.

Na falta dessa interação, o que se tem não é mais o processo de comunicação, e sim uma representação falseada do mesmo. Como exposto por Gomes (2007, p.29), é inerente ao exercício comunicacional que se tenha a multiplicidade de vozes baseadas na condição dialógica do processo, “a verdadeira Comunicação admite [...] a possibilidade de muitas vozes, [...] independência e autonomia dos sujeitos, inúmeros discursos, enfim, estruturas radicalmente democráticas, participativas, dialógicas”.

Assim também, se há compreensão que a base do processo comunicacional é sua capacidade de troca, que possibilita aos indivíduos o pleno exercício do seu direito de participação, pode-se dizer que qualquer tipo de procedimento que limite a efetivação desse processo, compromete sua estrutura real. Muitas são as ordens que ao longo da história alteraram essa idéia, a fim de consolidar práticas comunicacionais hegemônicas, que fazem dos participantes meros subordinados ao ideal do poder dominante.

De acordo com Gomes (2007) essas mudanças foram determinantes na Europa, nos séculos XVII e XVIII, no período de ascensão da economia capitalista do estado burguês. As variações decorridas desse processo, segundo a autora, interferiram diretamente na condição das esferas pública e privada, no campo das representações sociais, culturais, políticas e econômicas, e esse cenário foi definidor para a adoção do conceito de comunicação como um instrumento técnico/funcional.

As marcas da negação do direito de comunicar provêm então, desse ambiente que garantia privilégios às minorias e descartava a possibilidade de democracia e participação da grande maioria.

Nesse sentido, a comunicação desenvolve-se como elemento de manutenção do sistema, balizando as realizações derivadas dos interesses econômicos e políticos. No período compreendido entre as duas grandes Guerras Mundiais, de acordo com Gomes (2007), ocorreu a potencialização dos Meios de Comunicação de Massa, através das novas tecnologias da informação. Já nas décadas de 1970 e 1980, ela explica que, o modelo de comunicação, minado pelas tecnologias digitais conclamava a alimentação

de formatos desiguais de expressão. O “direito de não comunicar” imposto a alguns povos, era agora (re)pensado por eles. Na globalização ganha força o simbolismo trazido pela sectarização entre os que “podiam” e os que “não podiam” comunicar. No entanto, é aí que surgem as reivindicações que problematizam a ligação existente entre os poderes econômico, político e ideológico, e a efetivação dos sistemas de comunicação, bem como a impossibilidade de comunicar causada por essa ordem.

Comunicação Comunitária, Direito e Democracia

Com as diversas interferências sofridas pela comunicação, a concepção desse processo como Direito Humano tornou-se um simbolismo, que somente veio ser recobrado com maior intensidade nos tempos atuais.

Difundida a lógica que resguarda a maioria da população o papel de consumidora, a prerrogativa de participação e democracia no exercício comunicacional, de modo geral, “extinguiu-se”. No entanto, a dinâmica histórica social, que reivindica a participação popular, tem ao longo dos anos encontrado no resgate da ideia de comunicação como Direito, um mecanismo de interferência.

Dadas às transformações, as pressões sociais, e o entendimento da importância do exercício desse direito, a cobrança por uma comunicação democrática, participativa e coletiva tornou-se mais ampla nos últimos tempos.

A concepção de comunicação como Direito acarreta mudanças determinantes nas vivências sociais e traz à tona novas questões. Seu desenvolvimento e legitimidade encontram novos marcos, que vão além da ideias de consumo e lucratividade.

Numa sociedade efetivamente democrática a comunicação pertence ao povo. Assumir a comunicação como um direito fundamental significa, portanto, reconhecer o direito de todo ser humano ter voz, de se expressar neste espaço público midiático. Significa, ainda, compreender que, se este espaço é necessariamente público, o único poder legítimo para regular suas práticas deveria emanar da coletividade. (BARBOSA; MODÉ, 2007 p. 21).

Segundo León (2003), entender a comunicação como Direito Humano é compreendê-la para além do seu poder de interação e construção coletiva do espaço midiático. Para o autor, o Direito à Comunicação reverbera o reconhecimento da

necessidade desse exercício como elemento fundamental para a efetivação de outros direitos.

O direito à comunicação apresenta-se hoje como uma aspiração que se inscreve no devir histórico [...]. O direito à comunicação parte de uma concepção mais abrangente de todos os direitos reconhecidos e reivindicados nesta área e incorpora de forma particular os novos direitos relacionados ao cenário mutante da comunicação, com um enfoque mais interativo, no qual os atores sociais são sujeitos da produção informativa e não simplesmente receptores passivos da informação. Da mesma forma, assume que o reconhecimento desse direito é necessário ao exercício dos demais direitos humanos e elemento fundamental da vigência democrática. (LEÓN, 2003, p. 410)

Sobre o entendimento do que é Direito à Comunicação, é importante destacar que não há referencia somente ao acesso à informação, mas também a produção e midiatização, onde os indivíduos podem mostrar suas vozes, rostos, costumes, gostos e cotidiano.

Direito à comunicação não diz respeito apenas ao direito básico do cidadão em ter acesso à informação [...] direito à comunicação na sociedade contemporânea requer a negação da concentração da mídia nas mãos de grandes grupos econômicos e políticos; pressupõe o direito a mensagens fidedignas e livres de preconceitos; e inclui o direito ao acesso ao poder de comunicar. Ou seja, pressupõe que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação [...] enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado. Nessas condições o cidadão se torna sujeito, assume um papel ativo no processo de comunicação. (PERUZZO, 2005, p. 38)

E é sob essa ótica de participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento dos processos de Comunicação, que as mídias comunitárias, “servem” em sua essência para dar vazão a essa nova construção social.

Vieira (2005) explica que é a percepção da “impossibilidade de que a Comunicação aconteça por meio dos veículos de Comunicação tradicionais (que trazem uma visão parcial e muitas vezes comprometida das comunidades excluídas) que faz com essas populações busquem outras formas para exercer o direito à comunicação. Segundo a autora, os indivíduos são levados à participação e ao envolvimento nesse processo quando compreendem que a “situação de exclusão só pode ser resolvida de forma coletiva”, e que a Comunicação pode servir como meio de denúncia e de alerta para a consciência dessa situação”.

E nesse sentido a comunicação comunitária é, portanto uma das formas encontradas para efetivação de mudanças. Esse processo que tem como pressupostos, dentre outros, a partilha de interesses comuns e das vivências cotidianas coletivas, a inserção de novos atores no cenário social de produção e novas representações comunicacionais do ambiente local, não é tida aqui, como fonte inquestionável e inalienável, mas sim como experiência alternativa, que em sua essência questiona e “desconstrói” o modelo tradicional midiático.

Os conteúdos desse tipo de Comunicação, de acordo com Peruzzo (2006), “dão vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilita a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder, dos assuntos públicos do país, esclarece sobre os direitos da pessoa humana e discute os problemas locais.”

O “Voz” da Quadra e seu contexto

A iniciativa de desenvolver um veículo comunitário no Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, comunidade localizada na cidade de Fortaleza, surgiu da proposta feita pela professora Márcia Vidal, aos estudantes do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2005.

A idéia apresentada pela docente era de realização de um projeto com a finalidade de incentivar a produção e a manutenção de mídias alternativas em algumas comunidades. No início de 2005 as estudantes, Milena Ribeiro e Catarina Myrela, iniciaram o trabalho no Conjunto Habitacional, local também conhecido como Quadra (por ocupar dois quarteirões), situado na Aldeota, mais nobre de Fortaleza. Uma das características singular do Conjunto é justamente essa localização, já que a Quadra, composta predominantemente por moradores pobres, localiza-se em uma das áreas elitizada da Capital. A partir desse indicativo é possível vislumbrar os conflitos, próprios desse contexto, fomentados por essa dicotomia.

A ocupação do terreno data as décadas de 1950 e 1960, quando pessoas de diversos cantos de Fortaleza e também do interior do Estado chegaram ao local. Sem infraestrutura essas famílias mantiveram a ocupação durante muitos anos, morando de forma precária em casebres, sem água, luz e saneamento básico. Em meados de 1981, após inúmeras reivindicações junto ao poder público, o Governo do Estado, iniciou a obras para urbanização do local, que se consolidou finalmente como Conjunto

Habitacional.

As reclamações dos moradores vizinhos da Quadra foram inúmeras, pois a comunidade pobre, situada no “coração” da Aldeota, nunca foi aceita pacificamente. A idéia preconceituosa sobre habitantes do Conjunto, sempre foi um grande empecilho para o desenvolvimento de relações sadias entre os que moram no local, e os que o circundam.

Os dados referentes à população da área são desatualizados e no início da década passada a estimativa era de que na comunidade residiam mais de 600 famílias, ocupando 444 casas, o que resultava em cerca de 3.000 moradores. Atualmente os residentes estimam que esse número chega a 5.000.

As casas, em sua maioria, têm hoje dois andares (algumas chegam a ter três); com sala, quarto, banheiro e cozinha. Constituída por uma população de baixa renda, a Quadra, tem suas peculiaridades, e mesmo sendo fruto de uma ocupação, sua localização estratégica faz com que questões ligadas aos serviços de atendimento básico não sejam problemas. Os moradores têm “acesso”, no entorno, a escolas, posto de saúde e transporte. No local é possível encontrar também, pequenos espaços para lazer e entretenimento.

Em relação aos problemas, o consumo e venda de drogas configuram o grande desafio na Comunidade. Apesar dos moradores definirem a Quadra como um ambiente seguro e tranquilo, há insatisfação e preocupação devido os malefícios acarretados por essa situação. Outro ponto preocupante é o alto índice de desemprego.

Já no cotidiano, o diferencial da Quadra é justamente o que caracteriza as relações comunitárias. Apesar de todas as limitações devido ao baixo poder aquisitivo da população, a vida no local, resguarda a seus habitantes o apreço a harmonia e desenvolvimento da coletividade e a preservação de valores como, solidariedade e partilha.

Jornal Comunitário

As estudantes que se dispuseram a desenvolver o jornal comunitário, inicialmente, foram aconselhadas a procurar uma garota integrante do grupo de jovens ligado à Igreja de São Vicente de Paulo (localizada no entorno da Quadra), para que através desse grupo fosse idealizado o projeto. A partir daí teve início às reuniões para

apresentação do jornal. Durante os meses de maio e junho de 2005, foram ministradas oficinas de capacitação para a elaboração do impresso. O grupo de jovens contava aproximadamente com setes pessoas. Após esse tempo de formação o Conjunto Habitacional ganhou finalmente o novo veículo de comunicação, denominado: Voz da Quadra.

Durante um período de circulação o projeto contou com apoio financeiro e patrocínio de empreendimentos localizados na Quadra, bem como do Projeto Oboé Cidadania e da Central Única das Favelas (CUFA), até ser contemplado por alguns editais de apoio cultural.

Em relação ao projeto gráfico e o formato do Jornal, o mesmo é feito em folhas A4 dobradas ao meio. Salvo as exceções, as edições possuem oito páginas, impresso nas cores preto e branco. A diagramação obedece à ordem geral de: fotos na capa com as chamadas das matérias, editorial e expediente na página dois, matérias distribuídas de forma aleatórias nas demais páginas e indicação dos patrocinadores e apoiadores na última página.

O jornal, distribuído gratuitamente pelos jovens “de casa em casa” ou nas ruas quando há uma grande movimentação de pessoas fora das residências, até abril de 2010, teve 28 edições produzidas, sendo que em alguns momentos por conta de fatores como, falta de tempo para realizar a coleta de informação e a produção dos textos, pequeno número de pessoas na produção, limitações orçamentárias, etc. houve atraso na elaboração do impresso.

O período mais longo sem circulação do Jornal foi da metade de 2009 até o início de 2010, onde foram cerca de nove meses sem o Voz da Quadra. No começo de 2010 foram retomadas as atividades e após o longo período, em abril, o Jornal voltou a circular.

Os jovens envolvidos até 2010 eram praticamente os mesmos que deram início ao projeto, sendo que ao longo do tempo outras pessoas agregaram-se a produção. Entre ingressos e saídas, o número de produtores nunca variou muito, sendo em média sete participantes. Em 2010, o jornal tinha sua equipe composta por nove pessoas, sendo três colaboradores.

Nesse mesmo ano, o Voz da Quadra passou a receber apoio cultural da Prefeitura de Fortaleza, pelos critérios estabelecidos pela Coordenadoria de Comunicação Popular e Alternativa do órgão.

Essa Quadra tem Voz?

A análise que norteia esse artigo se deu baseada, em avaliação das edições impressas do jornal e em entrevistas com produtores e moradores. No período de janeiro a junho de 2010.

Através dessa pesquisa foi possível acompanhar o desenvolvimento e a evolução da elaboração do jornal. Um exemplo da dinâmica de transformação sofrida pelo mesmo é o gênero dos textos, que durante o processo assumiram outros “formatos” de comunicação, passando de um caráter mais informativo a composições mais reflexivas.

Em uma análise geral foi possível identificar que o Voz da Quadra, que trata prioritariamente fatos ocorridos na comunidade, como os serviços, os acontecimentos e as ações, pautou o cotidiano do local, seja com uma abordagem pontual ou mais reflexiva.

Algumas problemáticas do Conjunto também foram abordadas, como questões de ordem estrutural, que implicam diretamente na concepção de bem-estar no ambiente de moradia. O que expressa um caráter fundamental da mídia comunitária que é a proximidade com o ambiente de convivência, sendo possível ter conhecimento real das situações apresentadas, inquietando os indivíduos a uma participação ativa para a modificação desse cenário.

Para as autoras Deliberador e Vieira (2005, p.8) a comunicação comunitária é “o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio dos quais os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes”. O processo de comunicação no ambiente comunitário, de acordo com elas, é ao mesmo tempo instrumento de prestação de serviços e elemento formador dos cidadãos, que tem sempre a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local.

No que diz respeito a análise das edições alguns pontos podem ser destacados: à dinâmica de evolução que o jornal apresenta; sinônimo de que o formato está em sintonia com as demandas características do processo de comunicação; os temas abordados de forma contextualizada, o que contribui para o reconhecimento e a reflexão por parte dos indivíduos do local, além de servir como forma de aproximação entre os

moradores e os fatos; o trabalho de resgate histórico feito pelo jornal, que registra a vida das pessoas ali presentes, servindo como instrumento de memória e preservação do local e o incentivo a processo de participação social, e o despertar para a cidadania, através de discussões que partem da realidade local.

Quanto a participação dos produtores, o mesmos enxergam a atividade como algo de extrema importância, tanto na vida particular de cada um deles, quanto no ambiente coletivo. É visível a percepção apresentada por eles de que o Voz da Quadra caracteriza-se realmente como um instrumento de visibilidade e representação da comunidade. Os jovens, nesse sentido acreditam que é por meio da desconstrução de estigmas e da mobilização coletiva que o Conjunto Habitacional passará por transformações. Para eles, o jornal é um elemento de Democratização da Comunicação, à medida que estimula produção coletiva de informações e sensibiliza para o exercício do Direito à Comunicação.

Os produtores que na maioria, são os mesmos desde o início do projeto, acreditam que o envolvimento deles, consolida o aspecto de horizontalidade que a comunicação comunitária pressupõe. Além disso, a mídia comunitária, segundo os jovens, estimula o crescimento pessoal, já que os envolvidos percebem a evolução no âmbito particular, a partir do processo de produção do jornal.

O fruto das entrevistas aleatórias, feitas com moradores da comunidade, retratou que a grande maioria conhece o jornal, assim como conhece quem produz as notícias. O que reflete uma das principais características do Conjunto Habitacional, que é a proximidade das pessoas. Por ser um ambiente, que por suas dimensões físicas, consegue “unir” os moradores, na Quadra é quase que imprescindível o conhecimento “de quem” realiza “o quê” no conjunto.

Quanto à identificação, a maioria dos moradores, questionados, identifica-se com o veículo, no entanto ponderações como o fato do jornal não veicular notícias relacionadas à problemática do consumo de drogas na comunidade, foram destacadas como justificativa para que essa identificação não seja total.

No que diz respeito à participação/interação da comunidade na/com a mídia comunitária, surge aí um problema. A participação ainda é bem limitada, já que a maioria da população apesar de ter liberdade e autonomia para integrar o processo, nunca o fez. Eis aí um dos grandes desafios para o desenvolvimento de uma comunicação verdadeiramente participativa, que pressupõe a “voz” ativa dos

indivíduos. A conscientização desses moradores, que na lógica atual de comunicação têm poucas (ou nenhuma) opções de interação e protagonismo. Já que é elementar a comunicação comunitária, a mobilização dos indivíduos para que os mesmos vejam-se como sujeitos protagonistas do processo.

No que diz respeito à intervenção do jornal, muitos moradores (dada à subjetividade) não apontaram nenhum tipo de interferência. Já os que responderam de forma positiva a intervenção, argumentaram que muitas mudanças deram-se a partir do conhecimento e das informações trazidas pelo jornal, assim como as “transformações comportamentais”, como processo de “reeducação para o exercício da cidadania.

Considerações Finais

O desenvolvimento da mídia comunitária no Conjunto veio como ferramenta de fortalecimento da identidade da comunidade, além de favorecer a desconstrução de estereótipos demarcados historicamente. O jornalismo comunitário, realizado na Quadra, confere a essa comunidade a reafirmação de sua capacidade de mobilização, assim como faz com que os indivíduos envolvidos de uma forma ou outra no processo, sejam capazes de despertar para novas discussões. É necessário admitir que, nem todas as pessoas em questão conseguem compreender/integrar de forma ampla e definitiva esse projeto, sendo um dos desafios o trabalho contínuo para um novo entendimento e novas interferências na percepção social de participação.

Os desafios são vários, por tratar-se também de um processo que prevê a desconstrução de práticas consolidadas engenhosamente durante um longo processo histórico. Ainda há problemáticas a serem superadas, como a escassa participação dos moradores, que reflete movimento histórico de silenciamento da população.

Nesse caso, destaca-se que a comunicação comunitária e o movimento pela Democratização da Comunicação firmam-se no entendimento de que a população, em uma comunicação contra-hegemônica deixa o papel de receptora e ganha nova atuação, passando a pró-atividade em um novo momento. No entanto, essas transformações integram um processo maior que muitas vezes se dá de forma lenta e gradual.

A Quadra, um conjunto historicamente estigmatizado seja pela vizinhança, seja ela a mídia ou a sociedade fortalezense como um todo, ganhou Voz com esse veículo de comunicação, que precisa claro, ser melhorado para atender e abarcar os

desafios de se efetivar um novo processo de comunicação contra-hegemonico na atualidade.

Essa voz ecoa para ser ouvida em outros ambientes, a fim de desconstruir preconceitos e fomentar novos olhares sobre o que vem a ser de fato um processo de comunicação social. A comunicação comunitária apresenta-se, portanto, como algo palpável, desafiador e inquietante, sendo um processo real de construção de uma nova sociedade.

Referências

BARBOSA, Bia; MODÉ, Giovanna. [edição] *A sociedade ocupa a TV: o caso Direito de Resposta e o controle público da mídia*. São Paulo, Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2007.

DELIBERADOR, Luzia M. Y.; VIEIRA, Ana C. R. *Comunicação e educação para a cidadania em uma Cooperativa de Assentamento do MST*. In: NP Comunicação para a Cidadania. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM e realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de 5 a 9 de setembro 2005.

FERNANDES, Francisco de Assis. *Mídia, cultura e cidadania*. In: VIEIRA, Margarete. *Jornalismo Social a voz aos excluídos. Estudos, Revista semestral da Faculdade de Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Metodista de São Paulo*. São Paulo, ano 3, n. 6, p. 66-75, dezembro 2005.

GALEANO, Eduardo. *De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&P Editores, 2010.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. *A Comunicação como Direito Humano: um conceito em construção*. 2007. 206f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em <
http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/gomes_comunicacao_como_dh.pdf>
Acesso em: 01 de dezembro de 2009.

LEÓN, Osvaldo. *Para uma agenda social em Comunicação*. In: MORAES, Denis (Org). *Por uma outra comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PERUZZO, Cicília. *Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania*. *Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación*, São Paulo, ano 2, n.3, p. 18-41, julho 2005.

_____. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006, Brasília-DF, *Anais Eletrônico*: INTERCOM/UnB, 2006. Disponível em < <http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia+Peruzzo+.pdf> > Acesso em: 08 de janeiro de 2010.

VIEIRA, Margarete. Jornalismo Social a voz aos excluídos. *Estudos, Revista semestral da Faculdade de Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Metodista de São Paulo*. São Paulo, ano 3, n. 6, p. 66-75, dezembro 2005.